



16º Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais

Tema: “40 anos da “Virada” do Serviço Social”

Brasília (DF, Brasil), 30 de outubro a 3 de novembro de 2019

Eixo: Política Social e Serviço Social.

Sub-Eixo: Educação.

PERCEPÇÕES DE PROFISSIONAIS SOBRE A EFETIVIDADE DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA NO ENSINO BÁSICO NA ESCOLA ESTADUAL DONA ANAÍDES BRITO MIRANDA, MUNICÍPIO DE GUARÁI, TOCANTINS, BRASIL

Janaize de Jesus Figueiredo Piroli¹
Benta Natânia Silva Figueiredo Antunes²
Enza Rafaela Peixoto Ferreira³

Resumo: O estudo teve por objetivo levantar as percepções de profissionais sobre o Programa Bolsa Família, no que se refere a contribuição do mesmo para a frequência e desempenho dos alunos beneficiários que cursam séries iniciais, trazendo-o como instrumento facilitador da inserção de alunos pobres nas escolas. Para tanto, foi utilizado o método materialismo histórico-dialético e abordagem qualitativa.

Palavras-Chave: Programa Bolsa Família-PBF; Política Pública; Permanência Escolar.

Abstract: The study aimed to raise the perceptions of professionals about the Bolsa Família Program, regarding the contribution of the same to the frequency and performance of the beneficiary students who attend the initial series, bringing it as an instrument to facilitate the insertion of poor students in schools. For that, the method was used the historical-dialectical materialism and qualitative approach

Keywords: Bolsa Família-PBF Program; Public policy; School Stay.

INTRODUÇÃO

No Brasil, milhões de crianças e adolescentes que chegam às escolas, condicionadas pela pobreza extrema, são vítimas das relações de poder e das políticas públicas voltadas para atender as especificidades de uma sociedade fundada no modo de produção capitalista que divide a sociedade em classes sociais. Segundo Miguel Arroyo (2014), a pobreza e as desigualdades sociais existem e elas persistem dentro das escolas e essa realidade fica evidenciada pelos “corpos famintos e empobrecidos de milhões de crianças e adolescentes que chegam às escolas”.

A pobreza, enquanto questão social⁴, tornou-se objeto de intervenção de políticas públicas e, através de estratégias pontuais e focalizadas, o Estado passa a intervir nos problemas oriundos da sociedade capitalista.

¹ Estudante de Pós-Graduação, Universidade Federal do Tocantins, E-mail: janaize_figueiredo@hotmail.com.

² Professor com formação em outras áreas, Centro Universitário Católica do Tocantins, E-mail: janaize_figueiredo@hotmail.com.

³ Estudante de Pós-Graduação, Universidade Federal do Tocantins, E-mail: janaize_figueiredo@hotmail.com.

O Bolsa Família é um programa de transferência de renda condicionada, criado no âmbito do Ministério do Desenvolvimento social e Combate à fome (MDS), que beneficia mais de 14 milhões de famílias brasileiras neste mês de junho, conforme o Ministério da Cidadania - Secretaria Especial do Desenvolvimento Social (2019). Do total de alunos e alunas matriculados nas escolas públicas brasileiras da Educação básica, mais de 45% são participantes do programa (BRASIL, 2014).

Desse modo, o presente trabalho teve por objetivo verificar as percepções de profissionais (gestor do PBF no município e coordenador pedagógico da escola) sobre o Programa Bolsa Família, no que se refere a contribuição do mesmo para a frequência e permanência escolar dos alunos beneficiários que cursam as séries iniciais da Escola Estadual Dona Anaídes Brito Miranda, no município de Guaraí, estado do Tocantins, bem como um a cobertura do programa no município.

METODOLOGIA

A presente pesquisa encontra-se sob a luz da perspectiva histórico-crítica, amparada pela referência da teoria social de Marx. De acordo com Andrade (1997), “o método dialético é contrário a todo conhecimento rígido: tudo é visto em constante mudança, pois sempre há algo que nasce e se desenvolve e algo que se desagrega e se transforma”.

Este estudo versa sobre as percepções de profissionais da Escola Estadual Dona Anaídes Brito Miranda e da gestão do programa no município de Guaraí, Tocantins, Brasil, para o ano de 2016, na perspectiva qualitativa. Sobre a pesquisa qualitativa, segundo, MARTINELLI, (1999, p.24), “[...] não é número de pessoas que vai prestar a informação, mas o significado que esses sujeitos têm, em função do que estamos buscando com a pesquisa”.

Para isso, a Escola Estadual Dona Anaídes Brito Miranda, que atende 192 (cento e noventa e dois) alunos e conta com 29 (vinte e nove) colaboradores, foi selecionada e um questionário foi aplicado à coordenadora pedagógica sobre os alunos beneficiários do PBF, matriculados nas séries finais do Ensino fundamental. Um questionário também foi aplicado ao gestor do Programa Bolsa Família vinculado à Secretaria Municipal de Assistência Social do município.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

⁴ Lembrando que a expressão “questão social” surge na Europa Ocidental para dar conta do fenômeno do pauperismo, impactados pela onda industrializante que se iniciava na Inglaterra no século XVIII. Sobre essa temática ver NETTO, José Paulo. “Cinco notas a propósito da questão social”. In: Revista da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social/ ABEPSS, ANO II, Nº3, 2001

Segundo o Ministério do Desenvolvimento social (MDS, 2013), o Programa Bolsa Família /PBF, criado em 2003, tem por objetivo contribuir para a redução da desigualdade em nosso país, por meio da transferência direta de renda às famílias, ampliação do acesso a serviços públicos e coordenação com outras ações e com outros programas dos governos, nas suas três esferas, e da sociedade, de modo a apoiar as famílias para que superem a situação de vulnerabilidade e pobreza.

No que tange às condicionalidades, o Programa está articulado com a educação e saúde, no sentido de “reforçar o acesso” da população beneficiária a estes direitos sociais. No entanto, durante a entrevista com o Coordenador Pedagógico (CP)⁵ da escola, o mesmo reforça as preocupações sobre a imparcialidade do BPF, onde relata que “a intenção do programa é boa, mas no fundo tem fim eleitoral, visto que os políticos acabam se promovendo em cima dele”.

Quando questionado, o gestor da Secretaria de Assistência Social do município de Guaraí (GAS)² relatou que “o programa é uma excelente ferramenta de combate à pobreza no país, pois através da transferência de renda para as famílias, as mesmas são instigadas a cumprirem as condições exigidas na educação, saúde e assistência social”.

No que concerne aos critérios para que as famílias possam receber os benefícios socioassistenciais, referentes à relação do programa com a Educação, conforme as diretrizes do MDS/2017, as crianças e jovens entre 6 e 17 anos de idade, cujas famílias são beneficiárias do programa, devem estar matriculadas, sendo que deverão ter no mínimo 85% de frequência escolar para crianças e adolescentes de 6 a 15 anos e de 75% com idade de 16 e 17 anos, todo mês.

Em relação ao acompanhamento da frequência escolar, o CP descreve que são realizadas, a cada dois meses e, se os alunos não alcançarem 75% ou 85% da frequência, são informados no site para que possam ser tomadas as devidas providências.

Segundo o GAS, “existe uma coordenação intersetorial do Programa Bolsa Família, com responsáveis na saúde, educação e assistência social. Na educação, são coletadas as frequências de cada aluno nas escolas e notificados no sistema específico, para acompanhamento pela equipe técnica do CRAS.

Sendo assim, quando os dados de acompanhamento apontam para a infrequência escolar dos alunos, cabe ao Gestor do Programa diagnosticar o motivo, de maneira que possa ajudar na resolução das questões enfrentadas pelas famílias para que não venha ocorrer perda do benefício. A escola também deve tomar providências para combater a

⁵ No decorrer deste estudo utilizaremos a sigla CP para nos referenciar ao Coordenador Pedagógico da escola e GAS ao Gestor da Secretaria de Assistência Social do município de Guaraí/TO.

infrequência, não somente de beneficiários, mas de todos os alunos para não ocorrer evasão escolar, tendo em vista que a escolaridade é obrigatória nessa faixa etária.

Conforme o Relatório “Bolsa Família e Cadastro Único no seu Município” (BRASIL/2017), no município de Guaraí há **1.599** famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família. Essas famílias equivalem a aproximadamente **18,40%** da população total do município. Desse total, tem-se **341** famílias que, sem o programa, estariam em condição de extrema pobreza.

De acordo com o mesmo relatório, no município de Guaraí, **2.191** crianças e jovens de 6 a 17 anos, beneficiários do Bolsa Família, precisavam ter a frequência escolar acompanhada no último bimestre. Desses, foram acompanhadas **1.773**. Portanto, **80,92%** das crianças e jovens de 6 a 17 anos do PBF tiveram a informação de frequência escolar registrada nesse período, sendo que, a **média nacional** é de **91,07%** de acompanhamento na educação.

Trazendo este mesmo levantamento para o ano 2019, temos no município, **1.762** crianças e adolescentes com perfil para acompanhamento das condicionalidades de educação que necessitavam ter a frequência escolar acompanhada. Desses **1.762**, foram acompanhadas **1.621**, uma cobertura de acompanhamento de 92,00%. Sendo que a média nacional para o ano de 2019 é de 93,81% de acompanhamento na educação (BRASIL, 2019).

Tais dados revelam que o município de Guaraí possui, portanto, um acompanhamento da frequência escolar razoável, mas ainda abaixo da média nacional.

Este estudo evidenciou que a assiduidade escolar dos alunos, uma das condicionalidades do programa, só é atingida por estar vinculada ao recebimento do benefício, reforçado na fala do GAS:

Infelizmente ainda vivemos num período que é obrigado exigir da sociedade para que ela possa cumprir um mínimo de seus direitos de cidadãos. Nota – se que a grande maioria das famílias, exige, que seus filhos vão estudar, para não perder o benefício do bolsa família.

A fala do profissional da assistência social releva um pouco da realidade das famílias pobres, aquelas que não têm acesso aos serviços sociais e à riqueza socialmente construída, e ainda, são estigmatizadas e culpabilizadas por não garantir o seu meio de sobrevivência, sendo responsabilizadas pelo seu próprio “sucesso” ou “fracasso”.

Desse modo, a lógica de ativação do beneficiário rumo à superação individual da sua condição de pobreza prioriza a lógica da autorresponsabilização, o que significa retornar a questão da pobreza para o plano moral, como é o caso das condicionalidades dos PTRs, que responsabilizam o beneficiário pelo acato ou não desses imperativos. (2016, p.131).

Assim, percebe-se que as famílias pobres se tornam mais dependentes às relações de tutela do Estado, nos moldes em que os programas de transferências de renda vem sendo ofertados.

O CP da escola ressaltou ainda que os alunos “são crianças que vêm de uma estrutura familiar que apresentam pouco conhecimento, então esses pais não têm os conhecimentos necessários para acompanhar o ensino dos filhos”. Nesse sentido, no que se refere a proteção e ao cuidado, as responsabilidades do estado passam a ser direcionadas para as famílias, em um processo de transferências de responsabilidades.

No tocante à Educação Escolar, na perspectiva discutida por Arroyo (2014), um dos objetivos é aproximar currículo, conhecimento e pobreza no sentido de romper com a visão negativa e inferiorizante que a cultura escolar e política tem dos pobres.

Em relação ao desempenho escolar, de acordo com o CP, não há diferença quanto ao desempenho escolar dos alunos que recebiam o benefício e aqueles que deixaram de receber, sendo que o desempenho escolar não é o esperado pelos profissionais da escola.

O GAS posicionou-se diferente em relação à visão pedagógica quando relata:

Houve sim o cancelamento do benefício, significando que a família teve uma melhora nas condições de vida, entre essas melhoras, a educação, pois faz com que esses alunos também tenham mais conhecimentos e sejam inseridos no mercado de trabalho.

Nesse viés, as escolas e educadores devem se apropriar do conhecimento da realidade social daquele aluno que se encontra em baixo nível de aprendizagem, contribuir para desmitificar o discurso de que o pobre “tem dificuldade de aprendizagem” e colaborar para o desempenho escolar favorável desse aluno (ARROYO, 2014). Para isso, conhecer a realidade social do aluno é um ponto fundamental que deve nortear a elaboração das atividades escolares e construção do currículo escolar.

Essa mudança implica compreender que a aprendizagem envolve muito mais que o aspecto cognitivo e não pode estar desvinculada das experiências culturais e sociais dos sujeitos (LEITE, 2014).

As entrevistas ainda abordaram questões a respeito da participação dos pais na vida escolar dos seus filhos, e o CP ressaltou “não existir elementos que comprovem diferença significativa entre o desenvolvimento escolar dos alunos beneficiários e não beneficiários do programa, e ainda relatou que nem todas as famílias se preocupam com a escolarização dos filhos, e que a realidade dos alunos daquela escola são de crianças bastante carentes, e que os pais vão tornando prioridade mais o trabalho, necessários para o sustento dos filhos, do que a própria aprendizagem escolar deles”.

Cabe ressaltar que estamos nos referindo a pessoas com histórias de vida marcadas pela desigualdade social, a pobreza, o desemprego, a fragilidade material, a falta de moradia, saneamento básico e transporte, e que em seus cotidianos perpassam a negação a seus direitos sociais básicos.

Abaixo a autora traz à tona a discussão da pobreza enquanto categoria política – falta de direitos.

É importante levar em conta que pobreza é uma categoria multidimensional, e, portanto, não se expressa apenas pela carência de bens materiais, mas é categoria política que se traduz pela carência de direitos, de oportunidades, de informações, de possibilidades e de esperanças (MARTINS, 1991, p.15 apud YAZBEK, 2005, p.217).

A pobreza, enquanto categoria política, está relacionada à negação de direitos básicos, de oportunidades, “carência de esperanças”. Vidas que, marcadas pela desigualdade social, encontram na pobreza, no desemprego, e na fragilidade material, partes integrantes de seus cotidianos.

Como parafraseia, lamamoto:

Nesse quadro, os dilemas do trabalho e da satisfação das necessidades sociais são obscurecidas, em favor das mercadorias e do dinheiro, enquanto produtos do capital. A hipótese analítica é que o resultado desse processo tem conduzido à banalização da vida humana, que se encontra na raiz da questão social na era das finanças, na qual o capital, em luta contra sua crise, torna-se um espectro de si mesmo (2015, p.21).

Cabe ressaltar que a sociedade construída no moldes capitalistas de produção, produz a desigualdade social, gerando a negação de direitos e de oportunidades de acesso aos bens produzidos coletivamente. Caracterizado por uma grande exploração, concentração de riqueza e não socialização dessa mesma riqueza.

Em contraposição ao ponto de vista do coordenador, o GAS pontuou: “só o fato de o aluno estar inserido no mundo escolar, já é grande desenvolvimento para o mesmo, pois além dos conhecimentos escolares, o fator social também é importante”.

O CP reconhece a importância do Programa para algumas famílias, no que diz respeito à vida social desse aluno, pois algumas famílias dependem, exclusivamente, do programa, no que diz respeito à fonte de renda. Saliendo a relevância dos programas de transferência de renda no trato da pobreza e desigualdades sociais.

É possível compreender que o programa bolsa família pode ser considerado um instrumento facilitador da permanência de crianças e adolescentes pobres nas escolas, reforça o direito à educação e a frequência escolar dos alunos beneficiários, sendo que através da transferência dessa renda, tratada aqui com o “mínimo social”, o aluno tem a possibilidade de continuar seus estudos, sua permanência é condicionada ao recebimento do benefício. Por outro lado, não podemos desconsiderar que o programa, na modalidade

em que as políticas públicas e sociais vêm sendo exercidas, tem a propensão do continuísmo das desigualdades sociais, e mantenedora da ordem vigente.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Programa Bolsa Família contribui para a permanência dos alunos pobres nas escolas, na medida que o aluno tem a possibilidade de continuar seus estudos, considerando também que essa renda colabora para suprir algumas das suas necessidades materiais básicas.

Como vimos, a pobreza é um fenômeno histórico e social, que persiste dentro das escolas, por isso as escolas devem enfrentar o desafio de superar as visões moralizantes da produção da pobreza e de se posicionarem na luta contra as desigualdades sociais, se contrapondo ao modelo hegemônico da sociedade.

Na perspectiva pedagógica sobre a realidade dos alunos da escola estadual, o PBF parece influenciar a permanência do aluno na escola com frequência mínima, para assegurar o recebimento do benefício. Entretanto, quanto ao desempenho escolar, não há diferença entre crianças/adolescentes beneficiárias e não beneficiárias, conforme fora exposto pelos entrevistados.

O PBF está atrelado a inserção das crianças e adolescentes de famílias vulneráveis no mundo escolar e desenvolvimento de relações sociais com efeitos significativos para a sua vida. Além disso, o PBF, por meio da equipe técnica do CRAS, consegue diagnosticar e intervir na resolução das questões enfrentadas pelas famílias para que não ocorra a perda do benefício. Contudo, a pesquisa revela que o município de Guaraí possui, portanto, um acompanhamento da frequência escolar razoável, mas ainda abaixo da média nacional.

Contudo, é necessário compreender que, ao mesmo tempo, o PBF não contribui, significativamente, para emancipação das famílias beneficiárias, no sentido de superarem a sua condição de pobreza, seja ela extrema ou não. Até porque, a superação da pobreza e da desigualdade social está atrelada também à construção de um novo modelo de escola e de sociedade pautada na justiça e na equidade social.

5 REFERÊNCIAS

ANDRADE, M. M. **Introdução à metodologia do trabalho científico**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 1997.

ARROYO, M. G. **Pobreza e Currículo: uma complexa articulação**. Brasília: Ministério da Educação: Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização,

Diversidade e Inclusão (MEC/ SECADI), 2014. Disponível em:
<http://catalogo.egpbf.mec.gov.br/modulos/pdf/modulo4.pdf>. Acesso em: 22 jun. 2019

BRASIL, Ministério da Educação (MEC). **Pobreza, desigualdades e Educação:** Módulo Introdutório. Brasília, 2014. Disponível em:
<http://catalogo.egpbf.mec.gov.br/modulos/pdf/modulo4.pdf>. Acesso em: 22 jun. 2019

BRASIL, Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Bolsa Família, transferência de Renda e Apoio a família no acesso à Saúde, Educação e Assistência Social.** Rio de Janeiro, 2013.

BRASIL, Ministério do Desenvolvimento social e Combate à Fome. Disponível:
<http://mds.gov.br/assuntos/bolsa-familia/o-que-e>. Acesso em: 23 out. 2017.

BRASIL, Ministério da Cidadania. 2019. Disponível em: <http://mds.gov.br/area-de-imprensa/noticias/2019/junho/repasso-do-bolsa-familia-em-junho-sera-de-r-2-62-bilhoes> <http://mds.gov.br/bolsafamilia> . Acesso em: 21 jun. 2019.

IAMAMOTO, M. V. **Serviço Social em Tempos de Capital Fetiche. Capital Financeiro, Trabalho e Questão Social.** 9. ed. São Paulo: Cortez, 2015.

LEITE, L. H. A. **Escola: Espaços e tempos de reprodução e resistências da pobreza.** Ministério da Educação- MEC. SECADI Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão. MOD. IV.

NETTO, J. P. Cinco notas a propósito da questão social. **Revista da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social- ABEPSS**, n. 3, ano II, 2001.

MARTINELLI, M. L. **Pesquisa qualitativa: um desafio instigante.** Veras editora: São Paulo, 1999.

YAZBECK. M. C. A pobreza e as formas históricas de seu enfrentamento. **Revista de Políticas Públicas**, v. 9, n. 1, p. 217-228, 2005.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA (IPEA). **Atlas de Desenvolvimento Humano no Brasil.** Disponível em:
http://www.atlasbrasil.org.br/2013/pt/perfil_uf/Tocantins. Acesso em: 14 de nov. 2017.